

A ALIENAÇÃO ESPACIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA*

Carlos Antônio Leite Brandão**

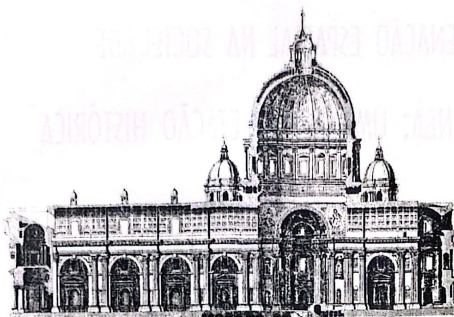
A alienação na sociedade contemporânea não é contemporânea mas moderna, e é preciso pousar o olhar na sua origem nos séculos XVI e XVII. Vejamos alguns exemplos da arquitetura maneirista.

Na *villa* do Palácio Farnese (Caprarola, 1559) vemos, de imediato, duas coisas. Em primeiro lugar, ela se insere desconfortavelmente na cidade e denuncia o rechaço da *polis*, da vida política. Em segundo lugar, ela apresenta a desapropriação das terras da classe camponesa para a classe burguesa, cujo capital desloca-se da indústria e do comércio para os bens imobiliários. Na galeria Uffizi (Florença, 1560) vemos que o tema é a própria bipolaridade de forças que não encontram síntese, seja quando é analisada a frustração da perspectiva, cujo ponto de fuga se fixa no vazio, seja quando se considera a diferença tipológica de suas duas fachadas, uma

de pátio e outra de rua, as quais deixam no espectador a sensação de não saber se ele está dentro ou fora de um edifício. A oposição entre centripetividade e centrifugacidade é o conceito que estabelece o projeto de Michelangelo para o Campidoglio (Roma, 1544). Enquanto a decoração do piso é irradiante e nos lança para fora da praça, as massas volumétricas são compostas de forma a construir uma forte interioridade e atração ao seu centro, definido pela estátua de Marco Aurélio. Tanto Uffizi quanto o Campidoglio, e o *deconstruction* da arquitetura contemporânea, expressam o tema da divisão. É a própria divisão interior o lugar onde floresce a esquizofrenia e a alienação do homem moderno levadas ao grau último na contemporaneidade. Também de Michelangelo, a Biblioteca Laureziana (Florença, 1524) faz colidir espacialidades opostas entre a sala – clássica, equili-

* Artigo realizado dentro da pesquisa Hermenêutica e Arquitetura, desenvolvida na bolsa produtividade em pesquisa, obtida junto ao CNPq, apresentado na 4ª semana de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas (abril/99).

** Arquiteto, Doutor em Filosofia, Diretor da Escola de Arquitetura da UFMG.



Michelangelo, 1546-64, Basílica de St. Peter's

brada, harmônica e ordenada – e a ante-sala. Essa ante-sala apresenta uma escada demasiada e desproporcional em relação ao espaço que a contém e se propõe a expressar o próprio desconforto e angústia do homem diante do mundo e da aspiração infinita da alma aprisionada na finitude do próprio corpo. O mesmo tema se coloca na Basílica do Vaticano projetada por Michelangelo (Cidade do Vaticano, 1546), cuja cúpula e parede da abside posterior trabalham o conflito do homem diante do mundo e da vida, deixando vislumbrar o próprio dito de Michelangelo de que só a morte pode nos libertar desta prisão escura em que vivemos.

Tais arquiteturas introduzem a idéia de alienação emergente no *cinquecento*, assim como encontramos na *Melancolia* de Dürer ou na pintura de Bruegel. Meu propósito aqui é apontar alguns eventos que lhe deram origem, fundamentaram a modernidade e apontam como a alienação espacial contemporânea é a forma radical assumida por aquilo que há cinco séculos foi

lançado na cultura ocidental. Refiro-me a três eventos: a exploração do planeta por meio das navegações; a Reforma Protestante e a sua expropriação de terras eclesásticas e monásticas e que desencadeou o processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza, como a alienação da terra dos cam-

poneses que permitiu a proliferação das *villas* no século XVI, em mãos das classes cada vez mais abastadas; e a invenção do telescópio que considera a natureza e a Terra do ponto de vista do Universo.¹

Não é aqui o lugar de esmiuçar tais eventos, mas o de registrar como eles contribuíram para fazer da alienação espacial um dos traços fundamentais do homem moderno, do qual somos todos filhos. Observe-se, inicialmente, ao contrário do que se promove na nossa idade do consumo, que tais eventos não apresentam um caráter de novidade revolucionária. Seus motivos já se apresentavam em períodos anteriores e seus protagonistas permaneciam fortemente arraigados na tradição. Só a partir do século XVII as revoluções científicas, filosóficas, artísticas ou políticas plantearão um caráter de novidade absoluta.

A exploração terrestre leva ao conhecimento físico do espaço real do planeta. Primeiro nas navegações, depois nas ferrovias e recentemente

¹ A repercussão destes três eventos é o tema desenvolvido em Arendt. (1987, p. 260-338)

te nos automóveis, aviões, naves espaciais, computadores e sistemas avançados de comunicação. Mas junto ao encolhimento físico acentuado pelo aumento da velocidade, procedeu-se ao encolhimento simbólico do mundo e do universo através de mapas e representações. Da mesma forma as construções foram cada vez mais condensadas no plano simbólico desenvolvido nas representações de planta, perspectivas, cortes e maquetes que nos permitiram dominar de fora e por antecipação o objeto ou a obra em questão, independente de ela afrontar os problemas materiais e técnicos afetos à sua efetiva construção e inserção no mundo. Esse encolhimento simbólico situa nosso olhar fora e sobre o universo, o mundo e a casa, tornando-os compatíveis com nossas estruturas perceptivas, compreensivas e interpretativas. “Ver à distância”, seja o espaço através da perspectiva ou a história através do estudo mais rigoroso das fontes clássicas, como proposto pelo *quattrocento* italiano, tornou-se o fundamento e a estratégia de nossa compreensão. Dessa distância necessária para se recolher a extensão do planeta e do universo emerge uma primeira forma de alienação moderna. A forma do afastar-se, do alienar-se do imediato histórico e espacial, do ambiente terreno e do mundo vivido, a fim de elevar o ponto de vista da sua compreensão. É a partir daí que abordaremos a invenção do telescópio, último evento a ser considerado aqui.

A expropriação de terras desencadeada pela Reforma matiza a alienação de uma outra forma também acentuada na contemporaneidade. Tal expropriação não apenas liquida o sistema feudal e a posse do bem terreno pelas classes camponesas. Ela liquida também o valor de uso sob o qual tais terras eram vistas. A proliferação dos jardins, dos selváticos e das *villas* de-

monstram como tais terras perderam o caráter utilitário e instrumental com que serviam aos homens e ao mundo. Como elas, também os bens de consumo na sociedade contemporânea a nada mais se destinam do que a uma contínua expropriação e desgaste. Tudo é devorado pelo processo constante e sucessivo de produção e obsolescência. Dentro dessa mutação constante, a estabilidade do mundo e a nossa identidade, colocada nos objetos que nos são próprios, perdem-se pois, os objetos, que deixam de ser objetos para serem coisas, tal como as terras deixaram de ser locais de cultivo para serem coisas de troca, imobilização e segurança do capital. Um capital meramente especulativo, e não vivido, tal como o ponto de vista elevado visto acima é de caráter especulativo e abstrato, e não concreto e vivido.

A substituição contínua das coisas é a forma contemporânea da expropriação e alienação dos bens que nos são próprios. Tudo é submetido a um processo cada vez mais veloz de depreciação, o qual deixou de ser natural para ser programado e, pasmem, cultivado e valorizado. Como se fosse um ganho cultural, nós aprendemos a valorizar a perda e o desgaste das coisas e a perseguir as novidades absolutas ao custo de alienar nossa própria identidade. O surgimento do interesse em preservar e restaurar, de forma institucionalizada, parece-me apenas o complexo de culpa desse processo de destruição que nós estimulamos em quase todas as ações de nosso cotidiano. E para alimentar esse processo de produção e depreciação vertiginoso, que só beneficia aqueles que detêm os instrumentos de seu controle, perdemos-nos a nós próprios e nos dividimos. Como diz Hannah Arendt, “o que chamamos de prosperidade relaciona-se com a produção inútil dos meios de produção,

de bens produzidos para serem desperdiçados, seja porque se os usa para a destruição ou – o que é mais freqüente – porque são destruídos assim que se tornam obsoletos” (Arendt, 1987, p. 265). E é necessário aos produtos finais de todo o processo de produção realizar cada vez mais velozmente o processo de expropriação e alienação. Nele, o mundo e a mundanidade do homem devem ser sacrificados.

A alienação contemporânea comporta, portanto, um traço esquizofrênico aberto ali, no século XVI. Dele deriva não só a esquizofrenia expressa na arquitetura contemporânea mas a própria perda do valor da *arché* na arquitetura. Coisificada, ela não é mais a “habitação”, local onde cultivamos nossos hábitos e construímos nossa identidade, para se tornar “alojamento”, mais ou menos luxuoso, incapaz de abrigar uma história e proporcionar os meios para saborearmos os frutos que cultivamos na terra de nossa existência. Também essa terra foi-nos expropriada e não dá mais frutos. Tão logo começa a brigar uma história, criar raízes e dar seus frutos somos incitados a desfazermos-nos deles, pois, na contemporaneidade, não temos o direito de colher e plantar frutos, a fim de que compreemos aqueles que nos são colocados à venda. Na contemporaneidade, o desejo de novidade deixou de ser desejo e de ser novo: passou a ser necessidade absoluta.

As coisas deixaram de ser fruídas. Tanto na exploração do planeta quanto na expropriação de terras e bens vemos que o aumento de nosso poder e posse sobre as coisas do mundo e o domínio do universo resulta da distância que é colocada infinita e extensivamente entre nós e o mundo. É isso que berça a alienação contemporânea, forma antropológica e psicológica de nomear o custo sofrido por patrocinarmos o im-

pério da absoluta necessidade do novo. Pois é esse novo que repousa no nosso nunca consumado desejo de poder, progresso e domínio sempre frustrados.

Contudo, esse progresso que desejamos em todos os campos, e essa é a razão pela qual aquele desejo é sempre frustrado, sustenta-se não na posse de bens estáveis mas no processo de produção e consumo. Romper com esse processo e contrapor-se à alienação que ora lamentamos implica conservar coisas e dar-lhes tempo, história e sentido em nossas vidas. A alienação que ora lamentamos é também a nossa progressiva incapacidade de dar sentido às coisas e daí a importância crescente da hermenêutica. Conservar, porém, implica paralisar esse processo de produção e consumo e isso nos assusta, pois tememos empobrecer ou não progredir. Quem não quer progredir? Alienemo-nos todos, portanto. É condição do progresso uma alienação permanente das coisas, pela obsolescência ou pela destruição para as quais se dirigem nossos esforços e instrumentos, mesmo quando produzem algo, mesmo que não o saibamos. Produz-se destruindo e destrói-se produzindo: nossa divisão é a propriedade de uma esquizofrenia desenvolvendo-se há cinco séculos. Eis o ponto em que o sentido da nossa técnica, tão celebrada na arquitetura contemporânea, difere completamente da *techné* grega. A era moderna começou com a perda mais tangível da alienação de um espaço de terra de certas camadas da população. A era contemporânea é o esforço de todos por alienarem-se de si mesmo. Superar o estado alienado atual implica confrontar o nosso próprio desejo de progresso ou, ao menos, refazer o conceito dele.

Essa alienação de nós mesmos foi possível porque a era moderna fez do homem um ser

mundano. Aplicou-o ao mundo. E ao mesmo tempo que o lançou a este mundo lançou-o para dentro de si mesmo, como se lê nos personagens trágicos de Shakespeare. A enorme atividade mundana é promovida pela preocupação com o ego, mais do que com o mundo. Se eu estivesse aqui a debater a egolatria da sociedade contemporânea, e não sua alienação, o conteúdo deste texto seria o mesmo. O que distingue a era moderna é a sua alienação do homem com o mundo em favor da aproximação consigo mesmo e por isso a alienação da arquitetura em relação aos que a habitam tem, na outra face de sua moeda, a egolatria a seus próprios autores.

A invenção do telescópio é uma invenção que passa despercebida, sem alarde, e provavelmente já amadurece desde os estudos de ótica medievais antes que se conclua nos olhos de Galileu. Contudo, suas conseqüências são quilométricas. Ela desperta o desejo de colocar aquilo que é distante e inapercibido possível aos nossos sentidos. A modernidade lançou em nós o desejo de acessar sensivelmente o invisível e o virtual. Com ela nosso ponto de vista abandonou o mundo e situou-se no universo: um universo que então se revelava infinito e dentro do qual a Terra era apenas um partícula a girar em torno de uma estrela que nem de primeira grandeza era.

O heliocentrismo já era especulado em nível filosófico e imaginativo, antes da teoria coper-



Dürer, Melancholia, 1514

nicana ser formulada. O mesmo se dá com a idéia de um universo infinito, já especulada na Renascença e aberta, por exemplo, nas entrelinhas de *A douta ignorância*, de Nicolau de Cusa. Surge daí uma dicotomia entre aquilo que eu percebo diariamente, o sol girando em torno de mim, do nascente ao poente, e aquilo que realmente acontece neste universo. Minha sensibilidade já não reconhece a verdade dos fenômenos de um universo que, quanto mais eu estudo mais estranho e alheio a mim se parece. *A Melancholia I* de Dürer é perfeita ilustração disso. As aparências enganam e meus sentidos não são mais confiáveis. O mundo é uma ilusão e a dúvida cartesiana surge justamente do deses-

pero pela evidência, quase sensorial, da verdade, como se verifica no exame do "pedaço de cera" das *Meditações* cartesianas. Desse desespero, fruto do sujeito alienado diante do espaço infinito e móvel do universo, surge o homem moderno e o prodigioso acúmulo de descobertas científicas da idade moderna. E como que para reequilibrar-se com este universo infinito, cujo silêncio apavora Pascal (1984, p. 91), o homem é obrigado a infinitizar-se por dentro, mergulhar no seu *pathos* e navegar no mar desconhecido de sua alma. A psicologia se inaugura aí como o mar tenebroso e imenso que se inventa para navegar dentro do próprio interior. Ela é o outro lado da moeda com que se avança sobre a imensidão exposta do novo universo com a pretensão de alcançar objetivamente suas verdades mais íntimas.

A esperança colocada no telescópio é procurar conferir percepção sensível ao que era pura especulação, vencer o desespero colocado pela certeza de que os sentidos não percebem a realidade do universo. Quanto esses sentidos se lançam sobre o universo, ele não consegue mais encontrar a natureza dele. Só resta o homem com seu telescópio e seus instrumentos de medição: um homem sem alteridade que só encontra a si mesmo. Assim, o triunfo da ciência moderna se proporciona com o desespero do homem alienado do espaço que o circunda, um espaço convertido em espaço medido mas que nada mais nos diz, é sem sentido e mudo.

Nosso olho humano é enganado e nos engana. O telescópio é o instrumento pelo qual esse olho se alça e nos coloca fora da terra, a partir de um ponto de vista situado no universo, fora do mundo, tal como na perspectiva da pintura flamenga, se comparada à da pintura renascentista italiana. Novamente, aparece a esquizofrenia do homem dividido: atuamos sobre a terra

e dentro da natureza terrena a partir do ponto de vista situado fora dela: o ponto de vista de Arquimedes, aquele que procurava uma alavanca e um ponto de apoio externos através dos quais acreditava poder mover o mundo.² (Arendt, 1987, p. 275)

A partir desse momento todas as coisas e eventos passaram a ser consideradas além do alcance da experiência sensível do homem, além do alcance da memória, da significação e da utilidade a uma vida melhor; além de nossa casa, nossa cidade e nosso planeta. É o ponto arquimediano, e não humano, o que nos seduz e junto ao qual procuramos, como tráfugas condenados, situar-nos. Nosso olhar moderno visita várias posições e oscila entre a fugacidade do impressionismo, a multiplicidade cubista, a irrealidade surrealista, a microscopia com que agiganta fractais, fragmentos e ruínas, a virtualidade das perspectivas e jogos computacionais. É um olhar metamórfico e vago: não é um olhar, mas vários olhares cuja inteligência está em suceder-se em vários pontos de visada, menos aquele que olha as coisas de frente no mundo. Sobre essas coisas ele sempre impõe uma distorção ou uma neblina que as nadifica como se as enxergasse a partir de um tédio impercebido, o *spleen* de Baudelaire. É um olhar de um homem que não se contenta em ser no mundo, pois pretende ser no universo, escolhendo livremente o seu ponto de referência que convenha a algum fim específico. É um olhar sem centro fixo, excêntrico, descentrado, alienado de sua ancoragem mundana e a vagar nas especulações do ponto arquimediano nunca fixado.

É o olhar virtual que domina a arquitetura contemporânea, a qual é examinada, já em nível de projeto, sob várias visadas fragmentadas: altas, baixas, internas, externas, giratórias, renderizadas, múltiplas, sucessivas ou equívocas,

mas que nunca se fixa um instante para perguntar: aquilo que vejo nessa imagem, pois todo o mundo só é visto enquanto imagem, é capaz de produzir uma vida melhor para quem aí habita? O amor por esse olhar vitimou a habitação enquanto espaço humano assim como “o amor pelo mundo foi a primeira vítima da triunfal alienação do mundo na era moderna” (Arendt, 1987, p. 276). Enquanto essa alienação do espaço mundano determinou o curso da sociedade moderna e o *status* primeiro da contemporânea, a alienação da Terra continua sendo o alicerce da ciência e da arquitetura atual, ambas especulando desde um ponto de vista cósmico localizado fora da natureza que efetivamente vivemos. O moderno e o pós-moderno tem na alienação seu alicerce comum e só uma vista demasiadamente sedenta de telescópios cada vez potentes é capaz de acreditar que um movimento se opõe ao outro. São apenas lugares diferentes onde o olhar do tédio vai experimentando um mundo desprovido de significações. E nada difere também o *deconstruction* da década de 80 ou o neomodernismo recente.

Através da escolha de um ponto de referência fora da Terra elaboramos a ciência, o conhecimento, as ações, a arte e a arquitetura que serão aplicadas à natureza terrena e ao artifício humano. Nossa primeira atitude de projeto é providenciar em nós a alienação, pela qual julgamos libertar nosso olhar. Importamos um ponto de vista arquimediano e extramundano para pautar nossas construções no mundo e com o risco óbvio de destruir este próprio mundo ou, pelo menos, não servir a ele. Uma alienação, portanto, que não é apenas espacial. Sua ori-

gem é a alienação do próprio pensar humano na medida em que, seduzido pela capacidade de catapultar seu olhar para um ponto de vista universal e arquimediano, sacrifica a capacidade de pensar universalmente a habitabilidade humana do mundo. Traduzindo para a arquitetura: as novas formas telescópicas de ver e produzir os espaços são, simultaneamente, as formas com que perdemos a mundanidade da arquitetura e passamos a perseguir uma arquitetura extramundana, especulativa, espetacular, quase em quadrinhos. Somos aventureiros do espaço, tal como os astronautas e tal como os navegadores que abriram as fronteiras do planeta no início da modernidade. Essa arquitetura espetacular ou aventura cósmica, surge do desejo do novo e de pontos de vista inéditos. Ela se faz ao custo de perdermos um pedaço de terra, da habitação, do mundo, da memória e do sentido. Em função daquele desejo, preferimos nos dividir e alienar. Estamos partidos e, talvez, por uma questão trágica de sobrevivência, estamos convidados a elaborar uma arquitetura que vai contra a nossa mania, a nossa *hybris*, de desejar, olhar e construir, *libide aedificandi*, além daquilo que os deuses permitiram à possibilidade de sentido dos mortais. Nossa alienação espacial nada mais é do que a incapacidade nossa de dar sentido ao espaço. O telescópio foi bom. O problema foi ter entregue a ele toda a responsabilidade de enxergar o sentido de nossas vidas e das coisas que criamos. Inclusive a arquitetura que produzimos para uma sociedade cuja contemporaneidade nada mais é do que a exposição constante da esquizofrenia que berça toda a modernidade.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores)